



Comissão Especial da Câmara dos Deputados
PROJETO DE LEI Nº 5.807/2013 – MARCO DA MINERAÇÃO
“Direito de Propriedade”

Telton Elber Corrêa
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Ministério de Minas e Energia

Brasília (DF), 08 de Outubro de 2013



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *SÍNTESE DA APRESENTAÇÃO*

Direitos do Proprietário do Solo no Marco Regulatório (PL 5.807/2013)



FASE DE PESQUISA – reparação ou indenização
pelos danos ocasionados pela pesquisa mineral



FASE DE LAVRA - participação no resultado da
lavra correspondente a 20% da CFEM



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *CONCEITOS E DEFINIÇÕES IMPORTANTES*

“CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

....

XVII - pesquisa - conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, com o objetivo de descobrir e identificar jazidas;

....

XIX - programa exploratório mínimo - conjunto de atividades que, obrigatoriamente, serão realizadas pelo concessionário na fase de pesquisa, nos prazos e condições estabelecidos no edital ou definidos na proposta vencedora da licitação.”

“CAPÍTULO II DO APROVEITAMENTO MINERAL

Art. 3º A atividade de mineração abrange a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento dos minérios e o fechamento da mina.

Art. 4º O aproveitamento dos recursos minerais ocorrerá mediante a celebração de contrato de concessão, precedido de licitação ou chamada pública, ou autorização.”



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO CONCESSIONÁRIO*

“Seção II Do contrato de concessão

Art. 14. O contrato de concessão disporá sobre as fases de pesquisa e de lavra e conterá, no mínimo, as seguintes cláusulas:

...

XV - demais direitos e obrigações do concessionário, inclusive a obrigação de indenizar quaisquer danos decorrentes da atividade de mineração.”



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO CONCESSIONÁRIO*

“Art. 16. A concessão será extinta:

...

IV - ao término da fase de pesquisa sem que tenha sido identificada jazida ou demonstrada a sua comercialidade, conforme definido no contrato;

...

2º Em qualquer das hipóteses de extinção da concessão, o concessionário fica obrigado a:

...

II - reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades; e”



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO AUTORIZATÁRIO*

“Seção III

Da autorização

Art. 17. O poder concedente poderá autorizar, mediante requerimento do interessado, o aproveitamento dos minérios de que tratam os 3º e 4º do art. 4º, por meio de celebração de termo de adesão, observado o disposto em regulamento.

1º O termo de adesão conterà as regras aplicáveis ao aproveitamento mineral, os direitos e as obrigações do seu titular, e terá prazo de até dez anos, prorrogável sucessivamente, conforme regulamento.”



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *NEGOCIAÇÃO COM PROPRIETÁRIO DO SOLO E ATRIBUIÇÃO DO PODER CONCEDENTE*

“Art. 23. Compete ao poder concedente:

VIII - declarar a utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa das áreas necessárias à atividade de mineração, frustrada a negociação do minerador com o proprietário do solo;”



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *REGULAÇÃO POR MEIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO*

“Art. 25. A ANM terá como finalidade promover a regulação, a gestão de informações e a fiscalização do aproveitamento dos recursos minerais no País, competindo-lhe:

...

II - estabelecer normas e padrões para o aproveitamento dos recursos minerais e fazer cumprir as melhores práticas da indústria de mineração

...

V - gerir os contratos de concessão e as autorizações de exploração de recursos minerais;

...

XX - mediar, conciliar e decidir os conflitos entre agentes da atividade de mineração; e

XXI - normatizar e reprimir as infrações à legislação e aplicar as sanções cabíveis, observado o disposto nesta Lei.”



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *REGULAÇÃO POR MEIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO*

“Art. 30. O processo decisório da ANM observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Os atos normativos da ANM que afetarem direitos de agentes econômicos e trabalhadores do setor de mineração deverão ser acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem, e submetidos à consulta ou à audiência pública.”



Direito de Propriedade no Marco Regulatório da Mineração *PARTICIPAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO SOLO NO RESULTADO DA LAVRA*

“Seção III

Da parcela do proprietário ou possuidor do solo no resultado da lavra

Art. 40. É devido ao proprietário do solo, nos termos do art. 176, 2º, da Constituição , o pagamento, pelos titulares de direitos minerários, de valor correspondente a vinde por cento do montante devido a título de CFEM.

Parágrafo único. Quando a área envolver mais de uma propriedade, a divisão da participação será proporcional à produção dos minérios obtida em cada uma delas, conforme apurado pela ANM.”



Contato:

telton.correa@mme.gov.br

Mais informações:

<http://www.mme.gov.br/sgm>

<http://www.cprm.gov.br>

<http://www.dnpm.gov.br>